

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT**  
Lucas do Rio Verde/MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT  
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.198.041</b>	<b>1.758.023</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.394.952</b>	<b>963.489</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	24.496	11.706	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	436.956	304.650
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	-	18.713	Depósitos à Vista		300.346	261.823
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	18.713	Depósitos Interfinanceiros		99.677	42.827
				Depósitos a Prazo		36.933	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	274.474	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		795.700	505.064
Carteira Própria		274.474	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2	3
				Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	795.698	505.061
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		352.015	532.527	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.346	4.463
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	9	Recursos em Trânsito de Terceiros		3.346	4.463
Correspondentes no país		399	132				
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	351.615	532.386	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	20.196	39.601
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	1.424.943	1.091.783	Empréstimos País - Outras Instituições		20.196	39.601
Operações de Crédito		1.499.205	1.156.851				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(74.262)	(65.068)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		138.754	109.711
OUTROS CRÉDITOS		102.738	75.641	Cobrança e Arrecadação de Tributos		601	609
Créditos por Avals e Fianças Honorários	(NOTA 07)	1.927	1.522	Sociais e Estatutárias		20.759	17.524
Rendas a Receber		4.005	4.409	Fiscais e Previdenciárias		2.237	2.574
Diversos	(NOTA 07 e 08)	101.075	72.704	Diversas	(NOTA 15)	115.157	89.004
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(4.269)	(2.994)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	19.375	27.653				
Outros Valores e Bens		31.662	47.189				
(Provisão para desvalorização)		(12.408)	(19.562)				
Despesas Antecipadas		121	26				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>826.870</b>	<b>563.063</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>955.235</b>	<b>768.408</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		826.870	563.063	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		955.235	768.408
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	22.625	3.532	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	900.798	728.861
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		22.625	3.532	Depósitos Interfinanceiros		30.670	-
				Depósitos a Prazo		870.128	728.861
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	671.777	439.652	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	31.297	17.408
Operações de Crédito		726.933	487.055	Repasse Interfinanceiros		31.297	17.408
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(55.156)	(47.403)				
OUTROS CRÉDITOS		24.422	16.439	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	21.001	20.000
Diversos	(NOTA 07 e 08)	27.902	20.232	Empréstimos País - Outras Instituições		21.001	20.000
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(3.480)	(3.793)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	1	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 15)	2.139	2.139
Despesas Antecipadas		1	-	Diversas		2.139	2.139
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	66.718	64.936	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>674.724</b>	<b>589.189</b>
Outros Investimentos		66.718	64.936	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	279.987	260.841
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	31.901	27.912	De Domiciliados no País		289.211	265.410
Imóveis de Uso		16.082	11.103	(Capital a Realizar)		(9.224)	(4.569)
Outras Imobilizações de Uso		31.085	29.821	RESERVAS DE SOBRAS		340.756	292.142
(Depreciação acumulada)		(15.266)	(13.012)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		53.981	36.206
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	9.426	10.592				
Outros Ativos Intangíveis		21.514	20.272				
(Amortização acumulada)		(12.088)	(9.680)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.024.911</b>	<b>2.321.086</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.024.911</b>	<b>2.321.086</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT  
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>173.131</b>	<b>-</b>	<b>173.131</b>	<b>319.475</b>	<b>6</b>	<b>319.481</b>	<b>263.748</b>	<b>-</b>	<b>263.748</b>
Operações de Crédito	171.416	-	171.416	317.135	6	317.141	263.039	-	263.039
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.715	-	1.715	2.340	-	2.340	709	-	709
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(82.188)</b>	<b>(263)</b>	<b>(82.451)</b>	<b>(147.153)</b>	<b>(545)</b>	<b>(147.698)</b>	<b>(138.366)</b>	<b>(586)</b>	<b>(138.952)</b>
Operações de Captação no Mercado	(21.472)	(155)	(21.627)	(43.274)	(296)	(43.570)	(39.549)	(167)	(39.716)
Operações de Empréstimos e Repasses	(34.091)	(108)	(34.199)	(54.545)	(249)	(54.794)	(57.391)	(419)	(57.810)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.625)	-	(26.625)	(49.334)	-	(49.334)	(41.426)	-	(41.426)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>90.943</b>	<b>(263)</b>	<b>90.680</b>	<b>172.322</b>	<b>(539)</b>	<b>171.783</b>	<b>125.382</b>	<b>(586)</b>	<b>124.796</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(37.553)</b>	<b>13.478</b>	<b>(24.075)</b>	<b>(67.710)</b>	<b>24.828</b>	<b>(42.882)</b>	<b>(36.713)</b>	<b>21.645</b>	<b>(15.068)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.620	22.182	32.802	22.846	41.914	64.760	21.183	36.531	57.714
Rendas de Tarifas Bancárias	9.235	-	9.235	17.431	-	17.431	15.184	-	15.184
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(26.114)	(2.981)	(29.095)	(49.763)	(5.880)	(55.643)	(44.792)	(5.213)	(50.005)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(29.483)	(4.239)	(33.722)	(57.235)	(7.791)	(65.026)	(47.726)	(7.408)	(55.134)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(178)	(1.119)	(1.297)	(475)	(2.100)	(2.575)	(587)	(1.669)	(2.256)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	27.358	1.267	28.625	54.915	1.632	56.547	62.928	2.360	65.288
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(28.991)	(1.632)	(30.623)	(55.429)	(2.947)	(58.376)	(42.903)	(2.956)	(45.859)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>53.390</b>	<b>13.215</b>	<b>66.605</b>	<b>104.612</b>	<b>24.289</b>	<b>128.901</b>	<b>88.669</b>	<b>21.059</b>	<b>109.728</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(277)</b>	<b>140</b>	<b>(137)</b>	<b>5.187</b>	<b>183</b>	<b>5.370</b>	<b>(4.925)</b>	<b>1.022</b>	<b>(3.903)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>53.113</b>	<b>13.355</b>	<b>66.468</b>	<b>109.799</b>	<b>24.472</b>	<b>134.271</b>	<b>83.744</b>	<b>22.081</b>	<b>105.825</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>895</b>	<b>895</b>	<b>-</b>	<b>(2.270)</b>	<b>(2.270)</b>	<b>-</b>	<b>886</b>	<b>886</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	575	575	-	(1.388)	(1.388)	-	618	618
Provisão para Contribuição Social	-	320	320	-	(882)	(882)	-	268	268
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(4.307)</b>	<b>-</b>	<b>(4.307)</b>	<b>(8.007)</b>	<b>-</b>	<b>(8.007)</b>	<b>(7.038)</b>	<b>-</b>	<b>(7.038)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>48.806</b>	<b>14.250</b>	<b>63.056</b>	<b>101.792</b>	<b>22.202</b>	<b>123.994</b>	<b>76.706</b>	<b>22.967</b>	<b>99.673</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.202</b>	<b>(22.202)</b>	<b>-</b>	<b>22.967</b>	<b>(22.967)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>48.806</b>	<b>14.250</b>	<b>63.056</b>	<b>123.994</b>	<b>-</b>	<b>123.994</b>	<b>99.673</b>	<b>-</b>	<b>99.673</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(70.013)</b>	<b>-</b>	<b>(70.013)</b>	<b>(63.467)</b>	<b>-</b>	<b>(63.467)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(16.032)	-	(16.032)	(15.560)	-	(15.560)
Fates - Estatutário	-	-	-	(5.398)	-	(5.398)	(3.621)	-	(3.621)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(48.583)	-	(48.583)	(32.586)	-	(32.586)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(11.700)	-	(11.700)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.981</b>	<b>-</b>	<b>53.981</b>	<b>36.206</b>	<b>-</b>	<b>36.206</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT

CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>235.993</b>	<b>247.356</b>	-	<b>29.009</b>	<b>512.358</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	13.545	-	-	(27.027)	(13.482)
Destinações para reservas	-	-	500	(500)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.482)	(1.482)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	9.313	-	-	-	9.313
Baixas de capital	(12.604)	-	-	-	(12.604)
Resultado do período	-	-	-	99.673	99.673
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.621)	(3.621)
Reserva Legal - Estatutária	-	32.586	-	(32.586)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.594	-	-	(15.560)	(966)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	11.700	-	(11.700)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>260.841</b>	<b>291.642</b>	<b>500</b>	<b>36.206</b>	<b>589.189</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>24.848</b>	<b>44.286</b>	<b>500</b>	<b>7.197</b>	<b>76.831</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>260.841</b>	<b>291.642</b>	<b>500</b>	<b>36.206</b>	<b>589.189</b>
Ajustes de períodos anteriores	-	31	-	-	31
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	17.045	-	-	(34.042)	(16.997)
Outras destinações	-	-	-	(1.614)	(1.614)
Fundo Social	-	-	-	(550)	(550)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	9.748	-	-	-	9.748
Baixas de capital	(22.543)	-	-	-	(22.543)
Resultado do período	-	-	-	123.994	123.994
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(5.398)	(5.398)
Reserva Legal - Estatutária	-	48.583	-	(48.583)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.896	-	-	(16.032)	(1.136)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>279.987</b>	<b>340.256</b>	<b>500</b>	<b>53.981</b>	<b>674.724</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>19.146</b>	<b>48.614</b>	<b>-</b>	<b>17.775</b>	<b>85.535</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)</b>	<b>271.562</b>	<b>291.642</b>	<b>500</b>	<b>60.938</b>	<b>624.642</b>
Ajustes de períodos anteriores	-	31	-	-	31
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.311	-	-	-	5.311
Baixas de capital	(11.782)	-	-	-	(11.782)
Resultado do período	-	-	-	63.056	63.056
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(5.398)	(5.398)
Reserva Legal - Estatutária	-	48.583	-	(48.583)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.896	-	-	(16.032)	(1.136)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>279.987</b>	<b>340.256</b>	<b>500</b>	<b>53.981</b>	<b>674.724</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>8.425</b>	<b>48.614</b>	<b>-</b>	<b>(6.957)</b>	<b>50.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT**  
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>74.069</b>	<b>137.173</b>	<b>101.794</b>
Resultado do semestre/exercício	63.056	123.994	99.673
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>11.013</b>	<b>13.179</b>	<b>2.121</b>
Provisão para operações de crédito	12.168	16.947	1.742
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1.305)	(7.154)	4.692
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	1.543	962	(7.072)
Depreciação do imobilizado de uso	2.041	4.156	3.606
Amortização do intangível	1.257	2.407	2.129
Baixas do ativo permanente	865	953	373
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	58	(5)	202
Destinações ao FATES	(5.398)	(5.398)	(3.621)
Dividendos SicrediPar	(216)	311	70
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(301.020)</b>	<b>(259.972)</b>	<b>(299.981)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(996)	(380)	(18.925)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(274.474)	(274.474)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	9.213	7	(7)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	54	(268)	102
(Aumento) em operações de crédito	(362.299)	(582.231)	(415.511)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	67.688	304.525	(48.540)
(Aumento) em outros créditos	(19.474)	(36.352)	(27.045)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	2.470	15.431	(1.045)
Aumento em depósitos	246.035	304.243	189.159
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1.634)	(1.117)	1.278
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	10.845	(18.404)	(7.872)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(3.150)	(5.616)	(3.494)
Aumento em outras obrigações	24.702	34.664	31.919
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(226.951)</b>	<b>(122.799)</b>	<b>(198.187)</b>
Aquisição de Investimentos	(1.782)	(1.782)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.487)	(9.097)	(8.201)
Aplicações no Intangível	(411)	(1.242)	(4.348)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(4.680)</b>	<b>(12.121)</b>	<b>(12.549)</b>
Integralização de capital	5.311	9.748	9.313
Baixa de capital	(11.751)	(22.543)	(12.604)
Juros ao capital próprio	(1.136)	(1.136)	(966)
Distribuição de Sobras	-	(19.130)	(14.964)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(7.576)</b>	<b>(33.061)</b>	<b>(19.221)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(239.207)</b>	<b>(167.981)</b>	<b>(229.957)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	615.318	544.092	774.049
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	376.111	376.111	544.092

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 24/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de Fevereiro de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### **l) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **m) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **o) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### **p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**q) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	24.496	11.706
Caixa	24.496	11.706
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	351.615	532.386
Total	376.111	544.092

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	18.713
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	-	18.713
Total circulante	-	18.713

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.625	3.532
DI entre Banco e Cooperativas	22.625	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.532
Total não circulante	22.625	3.532

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	15.111	-
Cotas de Fundos Multimercado	259.363	-
Total circulante	274.474	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	656.045	470.001	1.126.046	919.868
Financiamentos	174.738	194.529	369.267	148.891
Financiamentos rurais e agroindustriais	668.422	62.403	730.825	575.147
Carteira total	1.499.205	726.933	2.226.138	1.643.906

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1.927	-	1.927	1.522
Devedores por compra de valores e bens	4.696	27.888	32.584	23.473
Títulos e créditos a receber (ii)	83.388	14	83.402	59.879
Total	90.011	27.902	117.913	84.874

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	212	92	-	-
Nível A	0,50	687.755	548.359	3.439	2.742
Nível B	1,00	1.027.822	676.719	10.278	6.767
Nível C	3,00	386.692	278.085	11.601	8.343
Nível D	10,00	87.289	73.457	8.729	7.346
Nível E	30,00	50.933	51.812	15.280	15.544
Nível F	50,00	22.664	34.262	11.332	17.131
Nível G	70,00	13.921	15.364	9.745	10.755
Nível H	100,00	66.763	50.630	66.763	50.630
Total (i)		2.344.051	1.728.780	137.167	119.258

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	18.908	150.774	500.041	491.445	1.161.168	830.738
Rural	3.151	26.492	638.779	62.403	730.825	575.147
Industrial	544	3.131	5.118	4.981	13.774	15.690
Comércio	3.284	33.820	95.913	89.984	223.001	189.206
Outros Serviços	2.990	38.743	67.528	106.022	215.283	117.999
Total	28.877	252.960	1.307.379	754.835	2.344.051	1.728.780

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	188.160	8,03	157.038	9,08
50 devedores seguintes	426.275	18,19	324.950	18,80
100 devedores seguintes	411.084	17,54	325.415	18,82
Demais	1.318.532	56,25	921.377	53,30
Total	2.344.051	100	1.728.780	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	119.258	124.588
Constituição de provisão	49.334	41.426
Movimentação de baixados para prejuízo	(31.425)	(46.756)
Saldo final	137.167	119.258

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 28.319 (2018 - R\$ 25.670 ), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 93.837 (2018 - R\$ 129.212 ).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	302	398
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.058	1.709
Devedores por compra de valores e bens	4.696	3.252
Devedores por depósitos em garantia	3.253	1.541
Impostos e contribuições a compensar	182	344
Títulos e créditos a receber (ii)	83.388	59.868
Cotas de consórcio	5	5
Operações com cartões	1.068	1.378
Pendências a regularizar	218	1.896
Outros	5.905	2.313
Total Circulante	101.075	72.704

Devedores por compra de valores e bens	27.888	20.221
Títulos e créditos a receber (ii)	14	11
Total não circulante	27.902	20.232

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	31.662	47.189
Imóveis	31.052	46.879
Máquinas e equipamentos	610	19
Bens em regime especial	-	291
Despesas antecipadas	121	26
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(12.408)	(19.562)
Total Circulante	19.375	27.653

Despesas antecipadas	1	-
Total não circulante	1	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 12.408 (2018 - R\$ 19.562) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	32.700	32.237
Sicredi Participações S.A.	34.014	32.695
Outras Participações e Investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
<b>Total</b>	<b>66.718</b>	<b>64.936</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	11.475.703 ON	10.616.768 ON	4	4	32.700.005	32.236.684
	23.856.916 PN	22.078.482 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	3,36%	3,71%	2,29%	2,29%	25,93%	27,45%
Capital social	969.491	880.597	164	164	126.127	117.452
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	131.820	123.287
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	764	163
Valor do investimento	34.014	32.695	4	4	32.700	32.237

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	47.167	(15.266)	31.901	27.912
Imobilizações em curso	-	1.382	-	1.382	4.927
Terrenos	-	4.057	-	4.057	4.057
Edificações	4%	12.025	(2.455)	9.570	4.932
Instalações	10%	10.748	(5.192)	5.556	5.734
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.515	(2.743)	5.772	3.735
Sistema de comunicação	10%	282	(101)	181	129
Sistema de processamento de dados	20%	8.872	(4.107)	4.765	3.738
Sistema de segurança	10%	677	(343)	334	327
Sistema de transporte	20%	609	(325)	284	333
Intangível (i)		21.514	(12.088)	9.426	10.592
Investimentos Confederação		21.514	(12.088)	9.426	10.592
<b>Total</b>		<b>68.681</b>	<b>(27.354)</b>	<b>41.327</b>	<b>38.504</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	300.346	-	-	300.346
Depósitos Interfinanceiros	19.014	80.663	30.670	130.347
Depósitos a prazo	6.648	30.285	870.128	907.061
<b>Total</b>	<b>326.008</b>	<b>110.948</b>	<b>900.798</b>	<b>1.033.511</b>

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	599.272	357.723
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	599.272	357.723
Outros Recursos	196.426	147.338
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	196.426	147.338
<b>Total circulante</b>	<b>795.698</b>	<b>505.061</b>
Recursos do Crédito Rural	31.297	17.408
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	31.297	17.408
<b>Total não circulante</b>	<b>31.297</b>	<b>17.408</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 20/05/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	20.196	39.601
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	-	19.144
Outras instituições	20.196	20.457
Total circulante	20.196	39.601

Empréstimos no País - outras instituições	21.001	20.000
Outras instituições	21.001	20.000
Total não circulante	21.001	20.000

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	-	1
Obrigações por convênios oficiais	1	6
Provisão para pagamentos a efetuar	7.317	6.731
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	799	804
Outras Contingências	17	22
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	15.749	12.439
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	89	101
Pendências a regularizar	403	1.113
Operações com cartões	82.148	60.355
Demais fornecedores	2.246	1.567
Credores diversos	6.388	5.865
Total circulante	115.157	89.004

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	2.139	2.139
Total não circulante	2.139	2.139

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

**NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	347	356	(309)	394
Cível	341	229	(165)	405
Tributária	116	-	(116)	-
Total	804	585	(590)	799

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	394	347
Cível	Provável	405	341
Tributária	Provável	-	116
Total		799	804

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 285; R\$ 3320; R\$ 797 (2018 - R\$ 689, R\$ 3.003 e R\$ 797), respectivamente.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	279.987	260.841
Total de associados	76.486	67.383

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 19.146 (2018 – R\$ 24.848), sendo R\$ 31.941 (2018 – R\$ 14.070) via integralização de resultados e R\$ 9.748 (2018 – R\$ 9.313), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 22.543 (2018 – R\$ 12.604).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,02% em Conta Capital, no montante de R\$ 16.032, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 0% para a Reserva de Expansão e 0% para Outros Destinações.

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	126.264	98.787
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(50.506)	(41.491)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	73	46
Provisão resgate de milhas cartão	51	(327)
Brindes e Doações	(121)	(116)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(23)	155
Receita com atos cooperativos	40.717	32.217
Juros sobre capital próprio	6.414	6.535
Prejuízo fiscal	1.014	842
Lucros e dividendos	87	222
Outros	25	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	2.780
Subtotal	48.237	42.377
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.270)	886

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	22.625	22.245
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	274.474	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	351.615	532.386
Outros Créditos - Rendas a receber	3.575	3.710
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.340	1.056
Investimentos (Nota 10)	66.718	64.936
Intangível (Nota 11)	9.426	10.592
<b>Passivo</b>		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	49.684	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	826.995	522.469
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	41.197	59.601
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	80.114	57.547
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	2.228	2.240
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.340	709
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	24.798	21.748
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	36.527	46.884
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	1.648	-
Operações de Empréstimos e Repasses	54.794	57.810
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	7.219	6.249
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	23.521	20.558

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	609	0,20%	321
Depósitos a prazo	3.578	0,39%	4.373
Operações de crédito	6.049	0,27%	10.369



**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	4.437	4.193

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.865	1.598
Despesa de aluguéis	4.918	4.181
Despesa de comunicação	2.387	2.408
Despesa de manutenção e conservação	3.174	2.998
Despesa de material	1.025	939
Despesa processamento dados	1.414	906
Despesa de promoções e relações públicas	9.784	8.410
Despesa de propaganda e publicidade	1.334	1.204
Despesa de seguro	457	656
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.925	4.714
Despesa de serviços de terceiros	2.157	1.733
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.472	2.512
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.691	2.690
Despesa de serviços de transportes	4.994	4.493
Despesa de viagem	748	635
Despesa de depreciação e amortização	4.156	3.606
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.407	2.128
Despesa Assistência Educacional	3.165	1.459
Despesa Assistência Social	2.462	1.505
Outras despesas administrativas	6.491	6.359
Total	65.026	55.134

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	2.298	3.397
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	35.186	45.220
Reversão de provisões operacionais	12.707	10.636
Outras rendas operacionais	6.356	6.035
Total	56.547	65.288

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	13.165	7.007
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	3.911	2.705
Contribuição Confederação Sicredi	14.423	12.478
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.929	2.766
Encargos da administração financeira	197	301
Repasse administradora de Cartões	658	631
Outras Fianças Bancárias	12.572	6.816
Despesas de Cartões	4.200	3.012
Outras provisões operacionais	2.870	3.080
Outras despesas operacionais	3.313	6.932
Total	58.376	45.859

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	439.280	436.555
Coobrigações em cessões de crédito	45	55
Total	439.325	436.610

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

## I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>666.188</b>	<b>579.941</b>
<b>Nível I (NI)</b>	<b>665.297</b>	<b>578.597</b>
<b>Capital principal - CP</b>	<b>665.297</b>	<b>578.597</b>
Capital social	279.987	260.841
Reservas de capital	340.756	292.142
Lucros acumulados	53.981	36.206
Ajustes Prudenciais	(9.427)	(10.592)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>891</b>	<b>1.344</b>
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	891	1.344
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>2.824.845</b>	<b>2.392.824</b>
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>9.148</b>	<b>10.399</b>
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>360.431</b>	<b>318.295</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>23,58%</b>	<b>24,24%</b>
<b>Situação de Imobilização (Imob)</b>	<b>31.904</b>	<b>27.915</b>
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>4,79%</b>	<b>4,81%</b>

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Roberto Menezes de Vargas  
Diretor Executivo  
CPF: 681.998.300-00

Almir Augusto Martini  
Diretor de Operações  
CPF: 395.247.361-87

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20